

PAUTA. Entre as reivindicações está uma política salarial permanente

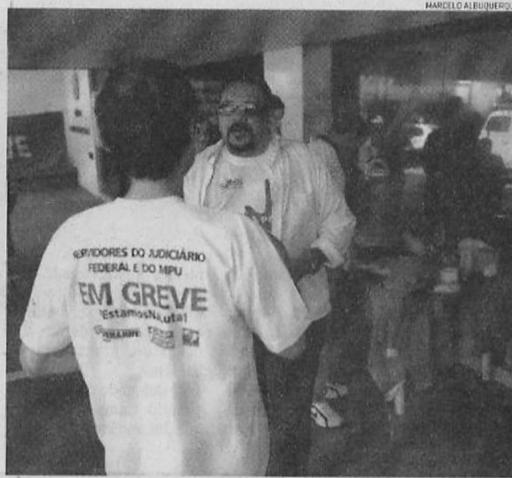
Servidores do Judiciário entram em greve

Trabalhadores fizeram ato público em frente às varas trabalhistas

BLEINE OLIVEIRA
REPÓRTER

No primeiro dia da greve, por tempo indeterminado, convocada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Sndjus/AL), trabalhadores dos órgãos do Judiciário Federal realizaram, ontem, um ato público em frente ao prédio das varas trabalhistas, localizado na Praia da Avenida, no Centro. Participaram funcionários dos tribunais Regional Eleitoral (TRE), Regional do Trabalho (TRT), ministérios públicos Federal (MPF), do Trabalho (MPT) e da União (MPU). "Vamos trabalhar pela adesão de 100% de todas as categorias de trabalhadores da Justiça Federal", disse o coordenador jurídico do Sndjus, Marcus Robson Filho.

Hoje, os grevistas se juntam aos técnicos da Universidade Federal de Alagoas e do Instituto Federal de Alagoas, numa carreata que sai do campus da Ufal, no Tabuleiro, até a Praça Sinimbu, no Centro. A concentração para o ato conjunto dos servidores federais es-



Funcionários dos tribunais Regional Eleitoral, Regional do Trabalho, ministérios públicos Federal, do Trabalho e da União participaram da mobilização de ontem

tá prevista para as 8h, e tem como objetivo tornar pública a insatisfação das categorias com a política salarial do governo Dilma.

Segundo Marcus Robson, os servidores de Alagoas se unem ao movimento nacional, que já suspendeu as atividades da Justiça Federal nos Estados do Mato Grosso, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo. Eles apresentaram ao governo duas pautas de reivindicação, uma de interesse dos servidores de todos os poderes da União e outra específica do Judiciário.

Entre as reivindicações gerais estão "uma política salarial permanente com

Frase

MARCUS ROBSON FILHO
COORDENADOR JURÍDICO DO SINDJUS

"Vamos trabalhar pela adesão de 100% de todas as categorias de trabalhadores da Justiça Federal"

definição de data-base em 1º de maio; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; reposição inflacionária com índice a ser discutido entre as enti-

dades sindicais e o governo federal; valorização do salário-base com incorporação das gratificações; e arquivamento dos projetos de lei que possibilitam o congelamento de salários dos servidores públicos federais e a precarização dos serviços públicos".

Entre as reivindicações específicas estão a antecipação da última parcela das Gratificações Judiciária e Ministerial (GAJ e Gampu), respectivamente, prevista para janeiro de 2015, e a reposição emergencial das perdas salariais acumuladas desde 2006, por meio de recursos na Lei Orçamentária Anual. ●